



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Rua Luiz Gonzáles Alvarado, nº 51 - Enseada do Suá – Vitória – Espírito Santo - CEP: 29.050-380.

Tel.: (27) 3636-7115 / 3636-7116 - e-mail: editais.patrimonio@secult.es.gov.br

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS nº 010/2021

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SECULT** torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará **SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS E CONCESSÃO DE PRÊMIO PARA PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO TOMBADO EM SÍTIOS HISTÓRICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, conforme **processo nº 2021-9KSXV**, devidamente aprovado pelo Secretário de Estado da Cultura. A presente Seleção será regida pela Lei Complementar Estadual nº 458/08 que instituiu o **Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo – FUNCULTURA** e o Decreto nº 2155-R/08 que a regulamentou, alterado pelo Decreto nº 4137-R, de 02/08/2017, republicado em 08/08/2017, pelo Decreto nº 4410-R, de 18/04/2019, bem como no presente Edital.

1- DO OBJETO

- 1.1- Constitui objeto do presente Edital a **SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS E CONCESSÃO DE PRÊMIO PARA PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO TOMBADO EM SÍTIOS HISTÓRICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, criando condições de preservação, conservação e valorização desses bens culturais, bem como a revitalização cultural das comunidades envolvidas.
- 1.2- O presente Edital tem prazo de vigência de 12 (doze) meses a contar da data da publicação.
- 1.3- Para os efeitos deste Edital, entende-se que:

I- Patrimônio Cultural Arquitetônico Tombado – são os bens culturais imóveis, de propriedade privada, localizados em um dos 06 (seis) Sítios Históricos tombados pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC), a saber: Itapina – Colatina, Muqui, Santa Leopoldina, São Mateus, São Pedro do Itabapoana – Mimoso do Sul e Santa Teresa; tombados individualmente ou em conjunto pelo CEC, ou pertencentes às poligonais de tombamento. No caso de Santa Teresa, poderão ser propostos projetos em imóveis de interesse de preservação, mediante Declaração de Interesse de Preservação emitida pelo CEC, por solicitação do proponente.

II- Propriedade do Bem Imóvel Tombado – a propriedade do bem imóvel não poderá ser alterada pelo proponente, visando sua inscrição neste Edital. Caso queira, o proprietário poderá firmar um contrato de comodato ou locação, devidamente registrado em cartório, com a instituição proponente da inscrição neste Edital, permitindo a utilização do imóvel para as ações previstas no projeto inscrito, caso seja selecionado.

1.4- Os projetos deverão propor, obrigatoriamente, uma ou mais das seguintes ações, em 01 (um) ou mais bens imóveis:

- a) Desenvolvimento de projetos de arquitetura e/ou de engenharia para o imóvel, inclusive taxas para aprovação nos órgãos necessários;
- b) Prospecção, inclusive material, mão de obra e estudos necessários;
- c) Execução de obras de conservação/manutenção externa ou interna do imóvel, inclusive material e mão de obra;
- d) Restauração do imóvel, inclusive material e mão de obra.

1.5- Caso queiram, os proponentes poderão incluir, no projeto, outras ações complementares, além de (01) uma das ações obrigatórias previstas no item 1.4, tais como:

- a) Desenvolvimento e execução de projetos para utilização do imóvel para fins turísticos e/ou culturais, limitado a até 10% do valor total do prêmio; e/ou
- b) Realização de ações de difusão, divulgação e promoção de ações turísticas e/ou culturais desenvolvidas no imóvel, limitado a até 10% do valor total do prêmio;
- c) ações de regularização de intervenções irregulares executadas em bens imóveis tombados pelo CEC ou nas áreas de seus respectivos entornos, limitado a 20% do valor do prêmio.

1.6- Os projetos deverão estar em consonância com a Resolução de Tombamento do CEC para o correspondente sítio histórico e observar os seguintes princípios:

I - Intervenção mínima - deve-se limitar a intervenção de restauro ao mínimo indispensável, tendo em vista o estresse físico provocado pelas obras.

II - Compatibilidade - todo material utilizado no restauro não deve produzir danos físicos, químicos, mecânicos e/ou estéticos nos materiais originais.

III - Distinguilidade – a intervenção deverá ser reconhecida como parte introduzida durante a intervenção, respeitando, porém, o conjunto da obra em sua continuidade estética.

1.7- Serão desclassificados os projetos propostos para imóveis que não atendam aos parâmetros de cobertura, volumetria e altura estabelecidos na resolução do Sítio Histórico correspondente.

1.8- O presente Edital atende aos objetivos e diretrizes do Plano Estadual de Cultura do ES, em articulação com as diretrizes, estratégias e ações que constituem o PEC-ES, em especial ao Capítulo II (Diversidade Artística e Cultural), no que diz respeito à preservação e valorização do patrimônio cultural.

1.9- O presente Edital tem o seguinte cronograma básico de execução, com prazos subsequentes, contados a partir da data de publicação do mesmo no Diário Oficial do ES e no Site da SECULT em <http://www.secult.es.gov.br>:

ETAPAS	PRAZO
Inscrições	45 dias
Deferimento das inscrições	15 dias
Avaliação e pontuação dos projetos	60 dias
Publicação do resultado e recursos da decisão	20 dias
Convocação dos proponentes selecionados e documentação	90 dias
Confirmação de documentação	10 dias
Convocação de proponentes suplentes (caso seja necessário)	90 dias
Contratação e empenho	20 dias
Pagamento do prêmio (ou primeira parcela)	20 dias

2- INFORMAÇÕES E FORNECIMENTO DO EDITAL

2.1- Os interessados em participar da presente seleção poderão obter informações e esclarecimentos no endereço da Sede da SECULT, à Rua Luiz Gonzáles Alvarado, nº 51 - Enseada do Suá – Vitória – Espírito Santo, pelos telefones (27) 3636-7115, (27) 3636-7116 ou no endereço de e-mail: editais.patrimonio@secult.es.gov.br.

2.2- A SECULT disponibilizará gratuitamente o Edital e os anexos aos interessados, através do endereço eletrônico: <http://www.secult.es.gov.br>.

3- DAS INSCRIÇÕES

3.1- As inscrições para o presente Edital estarão abertas no **período de 24 de novembro de 2021 a 11 de janeiro de 2022**. As inscrições deverão ser realizadas até às 18h do dia 11 de janeiro de 2022, com envio dos documentos de inscrição na versão final (não serão aceitas inscrições em rascunho).

3.2- As inscrições deverão ser realizadas, **exclusivamente**, em **plataforma on-line**, através do site <http://www.secult.es.gov.br>, com a apresentação de todas as informações listadas no item 6, na versão final.

3.3- Para se inscrever, o proponente deverá inicialmente criar um **perfil de agente cultural** na plataforma do **Mapa Cultural do ES**, que poderá ser acessado através do site da SECULT, no endereço <http://www.secult.es.gov.br> ou acessando diretamente o site no endereço <http://www.mapa.cultura.es.gov.br>. Tal cadastro servirá para todas as inscrições subsequentes. A plataforma permite que o proponente cadastre agente cultural como pessoa física individual, pessoa física representante de Grupos ou Coletivos e pessoa física representante legal de pessoa jurídica (com ou sem fins lucrativos). No momento da inscrição, o proponente poderá escolher qual perfil deseja utilizar para a inscrição.

3.4- Para inscrição, o **proponente** deverá ser idêntico ao **agente cultural**, na plataforma de inscrições. Serão desclassificados os projetos propostos por proponente que seja diferente do agente cultural.

3.5- É de inteira responsabilidade do proponente a realização da inscrição dentro do prazo estabelecido no item 3.1.

3.6- Serão desclassificadas as inscrições de propostas concorrentes apresentadas em desacordo com as normas, condições e especificações previstas no presente Edital.

3.7- Serão desclassificadas as inscrições de proponentes que tenham a prestação de contas de projetos contemplados em editais anteriores do Funcultura reprovada pela SECULT, pelo prazo fixado na decisão de reprovação.

3.8- A SECULT realizará uma **etapa de deferimento das inscrições**, com análise das informações relativas às condições de inscrição e às vedações previstas no Edital.

3.8.1- Será indeferida a inscrição que:

- a) não atenda as condições básicas previstas no item 4.1;
- b) recaia em alguma das vedações constantes no item 5.1;
- c) deixe de vir acompanhada de todos os documentos obrigatórios previstos no item 6.4;
- d) não respeite o prazo e formas exigidos no edital, em especial, nos itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4.
- e) desatenda os itens 6.1 e 6.2.

3.8.1.1. Os vícios indicados no item 3.8.1., acaso constatados posteriormente ensejarão a eliminação, desclassificação ou rescisão do termo de compromisso.

3.9- A SECULT publicará em seu site a lista contendo as inscrições deferidas e indeferidas.

3.9.1- Do indeferimento da inscrição caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação, a ser enviado via plataforma do Acesso Cidadão – e-docs, no endereço www.acessocidadao.es.gov.br ou por meio virtual, através do endereço do edital.

3.9.2- Até 10 (dez) dias após o término do prazo para interposição de recurso, a SECULT irá publicar em seu site a lista definitiva dos inscritos, contendo o resultado do julgamento dos recursos.

4- CONDIÇÕES BÁSICAS PARA INSCRIÇÃO

4.1- Poderão participar do presente Edital de Seleção:

a) **Pessoa física**, proprietária do imóvel, parente em 1º grau do proprietário ou representante legal em inventário, maior de 18 (dezoito) anos, residente no Estado do Espírito Santo.

b) **Pessoa Jurídica de Direito Privado com ou sem fins lucrativos**, estabelecida no Estado do Espírito Santo; e que comprove o caráter – definido nos atos constitutivos – artístico ou cultural, mediante apresentação de procuração do proprietário (item 6.3, alínea “i”) autorizando a representação no Edital.

4.2- O proponente, inscrito como pessoa física, **não** poderá indicar uma pessoa jurídica no momento da contratação com a SECULT.

5- DAS VEDAÇÕES

5.1- No presente Edital de Seleção, estarão impedidos de se inscrever:

5.1.1- A pessoa jurídica:

a) contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos;

b) que integra o mesmo grupo econômico da empresa contratada para prestar o serviço profissional de avaliação de projetos;

c) cujos sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria sejam sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria da pessoa jurídica contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos;

d) cujos sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relações de parentesco até o 2º grau com os sócios, administradores, dirigentes e membros da diretoria da pessoa jurídica contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos;

e) cujos sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria sejam integrantes da Comissão Julgadora, servidores ou ocupantes de cargo em comissão da SECULT, inclusive os licenciados, cedidos, remanejados ou que estejam em qualquer tipo de afastamento, com exceção dos servidores que se encontram aposentados (inativos);

f) cujos sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relações de parentesco até o 2º grau com integrantes da Comissão Julgadora, servidores ou ocupantes de cargo em comissão da SECULT,

inclusive os licenciados, cedidos, remanejados ou que estejam em qualquer tipo de afastamento, com exceção dos servidores que se encontram aposentados (inativos);

g) que tenha a prestação de contas de projetos contemplados em editais anteriores do Funcultura reprovada pela SECULT, pelo prazo fixado na decisão de reprovação.

5.1.2- A pessoa física:

a) sócia, administradora, dirigente ou membro da diretoria da pessoa jurídica contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos;

b) membro da Comissão julgadora, servidora ou ocupante de cargo em comissão da SECULT, inclusive os licenciados, cedidos, remanejados ou que estejam em qualquer tipo de afastamento, bem como pessoas que possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relações de parentesco com esses até o 2º grau, com exceção dos servidores que se encontram aposentadas (inativos);

c) que possua vínculo matrimonial, de união estável ou relação de parentesco até o 2º grau com sócios, administradores, dirigentes ou membros da diretoria da pessoa jurídica contratada para prestar o serviço profissional de avaliação dos projetos.

d) menor de 18 (dezoito) anos.

e) que tenha a prestação de contas de projetos contemplados em editais anteriores do Funcultura reprovada pela SECULT, pelo prazo fixado na decisão de reprovação.

5.1.3- Os projetos:

a) Postados em desacordo com o estabelecido nos itens 3.1 e 3.2.

b) Já contemplados por Editais da SECULT nos últimos 05 (cinco) anos.

c) Cujo objeto e conteúdo (de acordo com o Anexo III – Formulário de Projetos) estejam propostos em outros editais da SECULT/Funcultura em 2021.

d) Imóveis que já tiveram projetos de intervenção contemplados nos últimos 03 (três) anos.

(Errata do Edital publicada dia 23/11/2021, acrescentando a alínea "d")

5.2- Fica vedada aos projetos contemplados a obtenção de recursos financeiros por meio de outros mecanismos de fomento à cultura ofertados pelo Estado do Espírito Santo.

5.3- Os projetos poderão receber recursos financeiros municipais ou federais, desde que para custeio de ações distintas daquelas a serem subsidiadas com o valor do prêmio concedido neste Edital.

6- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA INSCRIÇÃO

6.1- No presente Edital o proponente poderá inscrever apenas 01 (um) projeto cultural. Na hipótese de apresentar mais de 01 projeto, será desclassificado ou eliminado do certame.

6.2- Aquele que inscrever projeto como pessoa física não poderá realizar a inscrição de projeto na qualidade de representante legal de pessoa jurídica, e vice-versa, sob pena de indeferimento de ambos os projetos.

6.3- São documentos obrigatórios para a inscrição, a serem preenchidos diretamente na plataforma on-line:

- a) Ficha de inscrição, conforme modelo previsto no **Anexo I**.
- b) Declaração de participação, devidamente assinada, conforme modelo previsto no **Anexo II**.
- c) Formulário de Projeto (**Anexo III**).
- d) Currículo completo do proponente e dos participantes do projeto, em formato livre, postado na plataforma de inscrição on-line ou em outra plataforma, com indicação do endereço do link de postagem.
- e) Carta de aceitação de participação de todos os envolvidos com o projeto.
- f) Planilha de custo (Anexo V), discriminando as despesas necessárias para a realização do projeto, prevendo inclusive os tributos devidos e os custos das obras a serem realizadas no imóvel, se houver. No caso de obras de qualquer natureza, deverão ser utilizados os valores contidos em planilhas referenciais, tais como a planilha do Labor/UFES ou SINAPI/Caixa ou TCPO/ES ou valores referenciais de mercado.
- g) **Resolução de tombamento** do bem imóvel ou declaração emitida pelo Conselho Estadual de Cultura, atestando que o mesmo é tombado pelo Conselho Estadual de Cultura. No caso de Santa Teresa, apresentar **Declaração de Interesse de Preservação** emitida pelo CEC.
- h) Documento contendo **histórico do bem imóvel**, informando aspectos relevantes sobre o mesmo, visando a auxiliar na avaliação de sua importância para o Sítio. Caso haja, anexar fotografias e/ou outros documentos que comprovem as informações históricas sobre o imóvel.

i) Caso o projeto seja inscrito por pessoa jurídica, apresentar **procuração do proprietário**, informando sobre o uso atual do imóvel e, se for o caso, atestando conhecimento do projeto e autorização de uso do imóvel pelo proponente neste Edital.

j) **Memorial descritivo** dos serviços de engenharia e/ou arquitetura a serem realizados no imóvel com vistas a sua adequação, reforma, conservação ou recuperação, conforme modelo no Anexo VI.

k) **Declaração** emitida pelo **Conselho Estadual de Cultura - CEC** informando a situação do imóvel quanto a sua regularidade perante ao Conselho.

l) Declaração de que não se encontra nas vedações previstas no item 5.1.

6.4- Os valores utilizados para a elaboração da planilha de custos (Anexo V) deverão ser condizentes com os praticados no mercado e compatíveis com as descrições contidas no Formulário de Projeto (Anexo III) e Memorial Descritivo (Anexo VI).

6.5- Para a composição da planilha de custos (Anexo V) deverão ser considerados todos os serviços e matérias-primas necessários para a execução total da proposta apresentada. Caso o valor seja superior, deverão ser descritos os meios que serão utilizados para arcar com o valor excedente, desde que obedecida a determinação do item 5.2.

6.6- Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações fornecidas e pela integralidade e acessibilidade total ao conteúdo dos arquivos digitais, se for o caso.

7- DO VALOR DO PRÊMIO E DA FORMA DE PREMIAÇÃO

7.1- O valor total do Prêmio objeto do presente Edital é de **R\$ 980.000,00** (novecentos e oitenta mil reais), contemplando o **máximo de 13 (treze) projetos**, com 13 (treze) prêmios, distribuídos entre os Sítios Históricos do Espírito Santo, sendo **02 (dois) prêmios, pelo menos, para cada Sítio** (Itapina - Colatina, Muqui, Santa Leopoldina, São Mateus, São Pedro do Itabapoana – Mimoso do Sul e Santa Teresa), desde que os projetos obtenham pontuação mínima para seleção, de acordo com os procedimentos e critérios de seleção previstos nos itens 08 e 09. Os prêmios serão distribuídos com os seguintes valores:

7.1.1- 05 (cinco) prêmios com valor individual de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais)

7.1.2- 08 (oito) prêmios com valor individual de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais)

7.1.3- Em havendo disponibilidade orçamentária, poderá ser ampliado o valor total da premiação originalmente prevista, mediante a concessão de mais prêmios, a serem distribuídos, a critério da SECULT, livremente, dentre as categorias do edital.

7.1.3.1- Os prêmios adicionais serão destinados aos suplentes, observada a ordem de classificação dentro da categoria correspondente.

7.2- Para a distribuição de prêmios, conforme item 7.1, os projetos deverão obter pontuação mínima para seleção (60 pontos), de acordo com os procedimentos e critérios de seleção previstos nos itens 8 e 9.

7.2.1- O projeto inscrito irá concorrer dentro da categoria indicada pelo proponente no ato de inscrição.

7.2.2- Os prêmios poderão ser remanejados para contemplar projetos de outros Sítios Históricos, caso a Comissão Julgadora não selecione nenhum projeto em um dos Sítios Históricos ou não haja inscritos. Nesse caso, os prêmios deverão ser igualmente distribuídos entre os Sítios Históricos que possuam projetos com a pontuação mínima para seleção.

7.2.3- Na hipótese do item 7.1.1, caberá à SECULT definir para qual Categoria o saldo remanescente será destinado e o número adicional de prêmios que serão concedidos.

7.3- O pagamento será feito em duas parcelas, da seguinte forma:

a) a primeira parcela no valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do prêmio, será paga até o 20º (vigésimo) dia útil após a publicação do Ato de Confirmação de Documentação, conforme item 11.6;

b) a segunda parcela, no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do prêmio, será paga em até 45 (quarenta e cinco) dias da apresentação do relatório final de execução pelo proponente, observadas as disposições do termo de compromisso.

7.4- Os contemplados que não atenderem a todas as obrigações, compromissos e normas definidas no presente Edital, durante a execução dos projetos, estão sujeitos às penalidades previstas no item 13.

7.5- Do valor total do prêmio a ser pago, a SECULT fará a retenção do imposto de renda e outros tributos, acaso devidos, de acordo com as regras e os limites previstos na legislação em vigor, para posterior recolhimento.

7.6- Os proponentes contemplados pelo presente Edital deverão utilizar os recursos financeiros recebidos exclusivamente em despesas pertinentes à execução do projeto contemplado.

7.6.1- É proibido ao contemplado dar destinação aos recursos recebidos diferente da prevista no projeto.

7.7- Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da SECULT ou de qualquer órgão do Governo do Estado para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços.

7.8- Os contemplados somente poderão iniciar as despesas previstas no Projeto (Anexo III – Formulário de Projeto) após o recebimento do valor do prêmio, previsto no **item 7.3**.

8- DOS PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO

8.1- A seleção dos projetos inscritos será feita por uma **COMISSÃO JULGADORA**, designada pelo Secretário de Estado da Cultura, que será composta por, no mínimo, 03 (três) membros de reconhecida idoneidade e notório conhecimento na área cultural ou artística pertinente ao objeto do presente Edital, um dos quais presidirá a Comissão.

8.2- A **COMISSÃO JULGADORA** analisará e selecionará os Projetos Técnicos dos proponentes inscritos no presente Edital, e procederá ao julgamento dos mesmos segundo os critérios estabelecidos no **item 9**, registrando em ata sua decisão acerca da seleção dos projetos e emitindo parecer sobre o projeto analisado na plataforma de avaliação.

8.3- A **COMISSÃO JULGADORA** decidirá acerca do mérito cultural e artístico dos projetos concorrentes, escolhendo os melhores segundo os critérios de seleção previstos no **item 9.1**.

8.4- Fica reservado o direito à **COMISSÃO JULGADORA**, na hipótese de não haver projeto cultural concorrente com qualidade técnico-artística suficiente para receber o Prêmio previsto no presente Edital, de não conceder a premiação.

8.5- Em caso de empate, a **COMISSÃO JULGADORA** procederá ao desempate, considerando os critérios definidos no **item 9.3**.

8.6- Os projetos serão selecionados em cada categoria pela maior pontuação, em ordem decrescente, até completar o número de propostas, cabendo à SECULT ainda observar a quantidade de prêmios destinada a cada eixo/categoria do Edital.

8.7- A **COMISSÃO JULGADORA** indicará, além dos 13 projetos selecionados, também os projetos considerados “suplentes”, distribuídos de acordo com as categorias dos prêmios definidas no item 7.1, em ordem decrescente de classificação. Para se classificarem como suplentes, os projetos precisarão obter uma pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.7.1- Os projetos considerados “suplentes” serão contratados em casos de perda do direito de contratação por algum dos projetos selecionados na mesma categoria, ou na hipótese do proponente contemplado não comparecer para assinar o Termo de Compromisso, se recusar a fazê-lo ou não apresentar todos os documentos solicitados no item 11.

8.7.2- Serão convocados os suplentes, também, nos casos dos itens 7.1.1. e 7.2.2.

8.7.3- Os suplentes serão convocados respeitando a ordem de classificação dentro da categoria de premiação.

8.8- O **Resultado da Seleção de Projetos do Edital**, apurado pela **COMISSÃO JULGADORA**, consignado em ata, com indicação do nome do proponente e título do projeto, será publicado no site da SECULT (www.secult.es.gov.br), após publicação do **Aviso de Resultado** no Diário Oficial do Estado.

8.9- Poderá ser interposto **RECURSO da decisão da seleção à COMISSÃO JULGADORA**, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos**, a contar da data de publicação do Resultado da Seleção no site da SECULT (www.secult.es.gov.br).

8.10- O **Recurso** deverá ser enviado via plataforma do Acesso Cidadão – e-docs, no endereço www.acessocidadao.es.gov.br ou por meio virtual, através do endereço do edital, até a data definida no item 8.9.

8.11- O Recurso deverá ser encaminhado apenas no formulário do **Anexo IX**, não sendo aceitos outros documentos complementares sobre o projeto.

8.12- O pedido de **RECURSO** será avaliado pela **COMISSÃO JULGADORA** e respondido através de Ata, publicada no site da SECULT, no endereço (www.secult.es.gov.br), no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do prazo de recebimento do Recurso, conforme item 8.11. A decisão, neste caso, terá caráter definitivo e não será objeto de reexame.

8.13- O **Resultado Final da Seleção de Projetos do Edital**, com indicação do nome do proponente e título do projeto, será publicado no site da SECULT (www.secult.es.gov.br), acompanhado de convocação dos proponentes selecionados, com indicação de prazo e procedimentos para apresentação à SECULT dos documentos exigidos para contratação, conforme **item 11**, após publicação do **Aviso de Resultado** no Diário Oficial do Estado.

9- DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1- O Prêmio será concedido analisando-se os critérios de mérito cultural do projeto, conforme segue:

CRITÉRIOS DE MERITO CULTURAL:	PONTUAÇÃO
A) Qualidade, originalidade, relevância e inovação do projeto: Aspectos norteadores: .Conteúdo relevante, clareza e coerência; .Projeto com concepção artística inovadora; .Capacidade de preencher lacuna ou carência constatada na área; .Conveniência de sua execução, descrita de maneira clara e objetiva;	0 a 20
B) Potencial de impacto no cenário artístico e cultural e efeito multiplicador: Aspectos norteadores: .Proposta com capacidade de impactar a cena cultural; .Proposta de interesse público; .Importância da ação para os beneficiados – profissionais envolvidos e/ou público participante;	0 a 10

<p>.Possibilidade de contribuir para o desenvolvimento cultural local e regional, no seu universo de abrangência;</p> <p>.Parcerias e alianças agregadas;</p>	
<p>C) Acessibilidade do projeto ao público:</p> <p>Aspectos norteadores:</p> <p>.Projeto apresenta estratégias eficazes de formação de público, garantindo acesso democrático;</p> <p>.Projeto com ações de acessibilidade do conteúdo para compreensão por qualquer pessoa, independente de sua condição física, comunicacional ou intelectual;</p> <p>.Projeto com planejamento de sua divulgação, visando maior participação;</p> <p>.Realização de ações que permitam maior acesso da população aos bens e produtos culturais resultantes.</p>	0 a 10
<p>D) Adequação da proposta orçamentária e viabilidade do projeto:</p> <p>Aspectos norteadores:</p> <p>.Proposta orçamentária contemplando todas as ações previstas, com todos os itens de despesa do projeto;</p> <p>.Proposta compatível com preços de mercado;</p> <p>.Planilha financeira que demonstre que o projeto é viável e exequível, de acordo com a proposta apresentada e o valor do prêmio.</p>	0 a 10
<p>E) Potencial de realização do proponente e da equipe envolvida no projeto:</p> <p>Aspectos norteadores:</p> <p>.Proponente apresentou informações e documentos que demonstram capacidade e experiência para realizar, com êxito, a proposta;</p> <p>.Equipe envolvida no projeto apresentou documentos que demonstram capacidade e experiência para realizar, com êxito, a proposta.</p>	0 a 10
<p>CRITERIOS TÉCNICOS:</p>	
<p>F) Importância e relevância do imóvel:</p> <p>Aspectos norteadores:</p> <p>Entende-se que um imóvel tombado é mais importante e relevante</p>	0 a 20

quanto mais determinantes, presentes e de valor cultural forem suas características históricas e arquitetônicas, naquele ambiente/local onde está inserido.	
G) Desgaste do edifício: Aspectos norteadores: Será atribuída a pontuação de desgaste do edifício quando o nível de desgaste do edifício estiver comprometendo a sua perenidade	0 a 20
PONTUAÇÃO MÁXIMA	100 pontos

9.2- Serão desclassificados os projetos:

- a) que obtiverem pontuação 0 (zero) em qualquer critério constante do item 9.1, por ausência de informações ou por não atenderem ao exigido no critério; ou
- b) cuja pontuação total for inferior a 60 pontos.

9.3- Em caso de empate na pontuação total de cada proponente, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem abaixo, utilizados na sequência, caso o empate persistir:

- a) O proponente que tiver a maior pontuação no critério A (item 9.1);
- b) O proponente que tiver a maior pontuação no critério B (item 9.1);
- c) O proponente que tiver a maior pontuação no critério C (item 9.1);

10- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1- A despesa ocorrerá à conta do Programa de Trabalho: 10.40.901.13.392.0043.2619 – Seleção e Premiação de Projetos Culturais – Elemento de Despesa: 3.3.90.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras - Fonte de Recursos: 0101.000000 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), Exercício 2021.

11- DA CONTRATAÇÃO

11.1- Os proponentes selecionados serão convocados através de Ato de Convocação publicado no site da SECULT, para, no **prazo máximo de 90 (noventa) dias** corridos a contar da data da publicação da convocação no Diário Oficial do Estado e no site da SECULT, apresentar os documentos listados no item 11.3, **enviados via plataforma do Acesso Cidadão – e-docs, no endereço www.acessocidadao.es.gov.br**, e posterior assinatura digital do Termo de Compromisso, conforme modelo previsto no Anexo VII. No envio, deverá ser indicado o nome completo do proponente e o projeto, para imediata identificação.

11.2- O proponente que não assinar o Termo de Compromisso, não apresentar a documentação estipulada no **item 11.3** ou apresentá-la com alguma irregularidade perderá, automaticamente, o direito à premiação, sendo convocados os suplentes, pela ordem decrescente de classificação.

11.3- O proponente selecionado **deverá encaminhar à SECULT**, como condição para efetivar o direito à premiação e a assinatura do Termo de Compromisso, **a seguinte documentação, a fim de comprovar o atendimento às condições e vedações estabelecidas nos itens 4 e 5 do edital:**

I - Pessoa Física:

- a) Cópia da Cédula de Identidade.
- b) Cópia do CPF.
- c) Cópia do comprovante de residência no Estado do Espírito Santo, do exercício atual (dos últimos 03 meses da data de comparecimento à SECULT, **em nome do proponente** (conta de água, energia, telefone, condomínio e outros comprovantes aceitos pela Comissão que comprovem efetivamente a residência) e no **mesmo endereço (Município) indicado na inscrição do projeto** (comprovante de endereço atual), para distribuição dos prêmios, conforme **item 7.1** do Edital. **Não serão aceitos comprovantes de endereço em nome de terceiros.**
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do domicílio do proponente (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).

- g) Prova de regularidade de com a Justiça Trabalhista, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas (que poderá ser obtida nos sítios oficiais do Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, na internet).
- h) Indicação do banco, agência e conta bancária, preferencialmente do Banco Banestes, através de cópia de documento em que constem essas informações (cartão, extrato, etc.) para depósito e movimentação dos recursos transferidos pelo FUNCULTURA, para fins deste Edital. Não é permitida a indicação de conta salário.
- i) Caso o **projeto tenha previsão de obras de qualquer natureza**, apresentar o projeto arquitetônico, aprovado nos órgãos competentes, obrigatoriamente, na Prefeitura Municipal e no Conselho Estadual de Cultura, e, se necessário, nas concessionárias de serviços públicos e no Corpo de Bombeiros. Para aprovação no Conselho Estadual de Cultura, deverão ser apresentados os documentos e projetos técnicos solicitados, em consonância com a Resolução de Tombamento do CEC para o correspondente Sítio Histórico.
- j) Caso o **projeto tenha previsão de obras de qualquer natureza**, apresentar a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) com assinatura do responsável técnico pela execução da obra pelo período necessário para a finalização total dos serviços.
- k) Caso o projeto tenha previsão de **intervenção estrutural de qualquer natureza**, apresentar laudo assinado por profissional responsável e correspondente projeto estrutural.
- l) Procuração de representação, no caso de projetos propostos em nome de terceiros.
- m) Declaração emitida pelo Conselho Estadual de Cultura - CEC atestando que o imóvel se encontra em situação regular perante o Conselho (mesma declaração apresentada na inscrição ou outra atualizada, no caso de data de emissão superior a 06 (seis) meses).
- n) No caso de imóvel em processo de inventário, deverá ser apresentada declaração expressa dos herdeiros interessados e do juízo da causa.

II - Pessoa Jurídica:

- a) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

- b) Cópia da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- d) Cópia da Cédula de Identidade do representante legal da PJ.
- e) Cópia do CPF do representante legal da PJ.
- f) Cópias do comprovante de que a empresa está sediada no Estado do Espírito Santo, do exercício atual (dos últimos 03 meses da data de comparecimento à SECULT), **em nome da empresa proponente** (conta de água, energia, telefone, e outros comprovantes aceitos pela Comissão) e no **mesmo endereço (Município) indicado na inscrição do projeto** (comprovante de endereço atual), para distribuição dos prêmios, conforme **item 7.1** do Edital. **Não serão aceitos comprovantes de endereço em nome de terceiros.**
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da pessoa jurídica proponente (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- j) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (que poderá ser obtida nos sítios oficiais na internet).
- k) Prova de regularidade de com a Justiça Trabalhista, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas (que poderá ser obtida nos sítios oficiais do Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, na internet).
- l) Indicação do banco, agência e conta bancária, preferencialmente do Banco Banestes, através de cópia de documento em que constem essas informações (cartão, extrato, etc.) para depósito e movimentação dos recursos transferidos pelo FUNCULTURA, para fins deste Edital. Os contemplados que indicarem documentos de MEI deverão indicar conta de pessoa jurídica (com CNPJ).
- m) Caso o **projeto tenha previsão de obras de qualquer natureza**, apresentar o projeto arquitetônico, aprovado nos órgãos competentes, obrigatoriamente, na Prefeitura Municipal e no Conselho Estadual de Cultura, e, se necessário, nas concessionárias de serviços públicos e no Corpo de Bombeiros. Para aprovação no Conselho Estadual de Cultura, deverão ser apresentados os documentos e projetos

técnicos solicitados, em consonância com a Resolução de Tombamento do CEC para o correspondente Sítio Histórico.

n) Caso o **projeto tenha previsão de obras de qualquer natureza**, apresentar a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) com assinatura do responsável técnico pela execução da obra pelo período necessário para a finalização total dos serviços.

o) Caso o **projeto tenha previsão de intervenção estrutural de qualquer natureza**, apresentar laudo assinado por profissional responsável e correspondente projeto estrutural.

p) Procuração de representação, no caso de projetos propostos em nome de terceiros.

q) Declaração emitida pelo Conselho Estadual de Cultura - CEC atestando que o imóvel se encontra em situação regular perante o Conselho (mesma declaração apresentada na inscrição ou outra atualizada, no caso de data de emissão superior a 06 (seis) meses).

r) No caso de imóvel em processo de inventário, deverá ser apresentada declaração expressa dos herdeiros interessados e do juízo da causa.

11.5- Não serão aceitos protocolos da documentação, nem documentos com prazo de validade vencido.

11.6- Após o recebimento e conferência da documentação e assinatura do **Termo de Compromisso (Anexo VII)** pelo proponente selecionado, a SECULT publicará no site da SECULT, no endereço www.secult.es.gov.br, o **Ato de Confirmação de Documentação**, para posterior assinatura do Termo de Compromisso pelo Secretário de Estado da Cultura e demais providências relativas ao pagamento do prêmio, conforme estabelecido no **item 7.3**.

12- DAS OBRIGAÇÕES

12.1- É dever do proponente durante todo o processo seletivo e execução do projeto:

- a) expor os fatos conforme a verdade;
- b) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
- c) não agir de modo temerário;

d) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

12.2- Os proponentes são obrigados a:

12.2.1- Prever em seus projetos e, acaso contemplados, executar:

a) ao menos uma ação, evento, apresentação, palestra, reunião ou outro formato, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a execução do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SECULT;

b) um **Plano de ação** com informação sobre as ações previstas visando à **divulgação e difusão do bem cultural ou do resultado** gerado a partir da realização do projeto pela comunidade, na localidade em que a ação será realizada;

12.2.2- Entregar, para o acervo da SECULT, 10% (dez por cento) da tiragem do material produzido (exceto material de divulgação), se houver, desde já, autorizando a exibição pública de caráter cultural e sem fins lucrativos, utilização do material em equipamentos culturais do Estado, inclusive com permissão de empréstimo aos usuários desses equipamentos, doação das cópias a entes da Administração Pública e privada, para arquivo, inclusão em bancos de dados e outros, e outras que a SECULT entender conveniente e oportuna;

12.2.3- Garantir o acesso gratuito às atividades, ações e apresentações incluídas no projeto aprovado.

12.3- O descumprimento do disposto nos itens 12.1 e 12.2 e das demais obrigações constantes neste Edital e seus anexos poderá ensejar a desclassificação do proponente, rescisão do termo de compromisso e aplicação das sanções previstas no item 13.

12.4- Entregar, ao final da execução do projeto, o projeto *as built* (como construído) do imóvel, ou seja, levantamento arquitetônico do imóvel contendo no mínimo: plantas baixas, planta de cobertura, planta de situação, cortes, fachadas, quadro de áreas e quadro de esquadrias, elaborado e assinado por um profissional, inclusive apresentar a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) com assinatura do responsável

técnico pela execução do Levantamento Arquitetônico, cujas despesas poderão estar incluídas na planilha orçamentária.

12.5- Manter instalada, em local publicamente visível e pelo período mínimo de uma semana antes do início da obra até um mês após a sua completa execução, uma **placa de obra** conforme padrão estabelecido pela SECULT, cujas despesas poderão estar incluídas na planilha orçamentária.

13- DAS PENALIDADES

13.1- O não cumprimento pelo proponente das exigências deste EDITAL ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções, sem prejuízo das sanções penais cabíveis:

- a) Advertência;
- b) impossibilidade de firmar novos compromissos, contratar ou licitar com a SECULT, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos;
- c) Registro da inadimplência no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado);
- d) Inscrição em Dívida Ativa;
- e) Devolução integral ou parcial da importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês.

13.1.1- No lugar das sanções previstas no item 13.1, a SECULT poderá autorizar a realização de medida compensatória por parte do proponente, consubstanciada em ação cultural que guarde pertinência com o objeto do edital, desde que:

- a) o proponente não tenha recebido penalidade neste ou em outros editais do Funcultura, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da publicação da decisão final sancionatória no site da SECULT;
- b) a infração ou descumprimento não seja doloso (intencional);
- c) em se tratando de compromissado, tenha havido a execução de pelo menos 60% do objeto do termo de compromisso;
- d) haja equivalência pecuniária entre a ação proposta e o valor que deveria ser restituído.

13.2- O proponente será notificado previamente para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias, ressalvado quando a aplicação da sanção se der no ato de rejeição do relatório de execução.

13.3- Na aplicação da sanção será considerada a gravidade da infração.

14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Os proponentes contemplados que estiverem inadimplentes com a SECULT-ES ou com a Administração Pública Estadual não poderão assinar o Termo de Compromisso previsto no presente Edital de Seleção, hipótese em que serão desclassificados.

14.1.1. Aplica-se o disposto no item 14.1 ao proponente que na data final para apresentação dos documentos listados no item 11.4 se encontrar em atraso na apresentação de relatório final de cumprimento de objeto de outro projeto agraciado por edital do Funcultura.

14.2- O presente Edital poderá ser impugnado até 03 (três) dias úteis antes do prazo de início das inscrições.

14.2.1- A impugnação deverá ser realizada por **meio eletrônico**, para o endereço do edital editais.patrimonio@secult.es.gov.br e será decidida em até 03 (três) dias. A decisão será encaminhada para o email indicado pelo impugnante e será publicada no site da SECULT.

14.2.2. A impugnação não será recebida no efeito suspensivo, mas a SECULT poderá aplicar o disposto no item 14.9 caso assim entenda adequado.

14.3- A inscrição do proponente configura na prévia e integral aceitação de todas as condições estabelecidas neste EDITAL.

14.4- Em atenção à legislação de transparência pública, após a publicação de resultados finais, terceiros interessados poderão requerer acesso aos projetos inscritos no Edital, resguardados dados pessoais.

14.5- Nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), o proponente, contemplado no presente Edital, autoriza a SECULT a arquivar, armazenar e divulgar os

resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.

14.6- Os casos omissos do presente Edital serão decididos pelo Secretário de Estado da Cultura.

14.7- À Secretaria de Estado da Cultura fica reservado o direito de prorrogar, revogar ou anular o presente Edital, havendo motivos ou justificativas de interesse público para tais procedimentos, devidamente apresentados nos autos do processo de origem, não implicando em direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14.8- Os prazos deste Edital são contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, salvo cláusula expressa em sentido contrário.

14.9- A SECULT poderá prorrogar, postergar, ampliar ou alterar o período de inscrição e os prazos das demais fases previstas no edital, observada a mesma publicidade do ato que seria praticado.

14.10- A SECULT poderá convidar os proponentes contemplados para participar de ações e programas por ela desenvolvidos, mediante a realização de atividades culturais referentes ao projeto contemplado neste Edital, incluindo a ocupação dos equipamentos culturais.

14.11- Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo para serem dirimidas quaisquer questões decorrentes do presente Edital.

Vitória, 11 de novembro de 2021

Fabricio Noronha Fernandes

Secretário de Estado da Cultura

Anexo I – Ficha de inscrição

Anexo II – Declaração de participação

Anexo III – Formulário de projeto

Anexo IV – Aprovação de obras

Anexo V – Planilha de custos

Anexo VI – Memorial descritivo

Anexo VII – Minuta Termo de Compromisso

Anexo VIII – Minuta relatório final

Anexo IX – Formulário de recurso

Anexo X - Declaração que não incide nas vedações do item 5.1